

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 9

Número: 380

28/10/2025

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do MPMG de 22.10.2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO COMISSÃO ELEITORAL CSMP, DE 2025 (2ª Publicação)

Eleição para a composição do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, biênio 2026/2027.

A **COMISSÃO ELEITORAL**, no exercício de suas atribuições, com fundamento no artigo 2º, § 5º da Resolução nº 27/2025, faz saber que estarão abertas as inscrições para a eleição de 6 (seis) membros do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2026/2027, a realizar-se no dia 10 (dez) de dezembro de 2025, no período compreendido entre 8 (oito) às 17 (dezessete) horas, através de sistema informatizado disponibilizado pela Procuradoria-Geral de Justiça, com a utilização da rede mundial de computadores.

Os interessados deverão realizar suas inscrições, exclusivamente, no site www.mpmg.mp.br (clicar em: CONHEÇA O MPMG - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR MPMG - ORGÃOS COLEGIADOS - ELEIÇÕES – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO), no período compreendido entre 0h00m do dia 23/10/2025 e 19h00m do dia 28/10/2025.

SIMONE MARIA AZZI AZEVEDO CHINELATO
Presidente da Comissão Eleitoral
FLÁVIA ALBERGARIA DE CARVALHO BILAC PINTO
Membro Efetivo
HEBE REGINA DE GUERRA E LEITE
Membro Efetivo

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do MPMG de 24.10.2025

AUTORIZAÇÃO PGJ, DE 2025

Autoriza, nos termos do art. 18, inciso XLIII, da Lei Complementar n.º 34/94, os membros do Ministério Público a se ausentarem de suas respectivas Procuradorias e Promotorias de Justiça no dia 6 de novembro de 2025, sem prejuízo de suas atribuições, para participar do 2.º Encontro Técnico de Defesa do Consumidor - Ano 2025, promovido

pelo Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-MG), no Centro de Convenções Gaudium Hall (Av. Concórdia, n.º 100, bairro Altamira), em Uberlândia.

PAULO DE TARSO MORAIS FILHO
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

[ATO CGMP Nº 3, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Acrescenta dispositivos ao Capítulo XIV do Título II da Consolidação dos Atos Orientadores da Corregedoria-Geral (Ato CGMP n.º 2/2025), aperfeiçoando a orientação da atuação finalística do Ministério Público para o fortalecimento das Políticas de Atenção e Cuidado às Pessoas Idosas, em conformidade com a Lei n.º 15.069/2024.

[ATO CGMP Nº 4, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Confere nova redação ao parágrafo único do art. 174 da Consolidação dos Atos Orientadores da Corregedoria-Geral do Ministério Público (Ato CGMP n.º 2/2025).

[AVISO CONJUNTO PGJAA DG Nº 9, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

“Dispõe sobre o expediente nos órgãos e dependências do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no dia 27 de outubro de 2025 (Dia do Funcionário Público).”

[EDITAL DE REMOÇÃO PGJAA Nº 16, DE 2025](#)

“Abre inscrição para os servidores interessados em remoção nas Comarcas de Itamonte e Pedro Leopoldo.”

[ORDEM DE SERVIÇO DG Nº 1, DE 3 DE SETEMBRO DE 2025 \(Republicação\)](#)

Dispõe sobre a formação das Comissões responsáveis pelo Inventário anual do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e sobre a adoção de providências pelos setores cujo objeto de atuação será inventariado.

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 30, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Altera a Resolução PGJ n.º 57, de 7 de dezembro de 2022, que estabelece as normas gerais do exercício do poder de polícia e de aplicação das sanções administrativas pelo Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-MG).

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

[DECRETO NE Nº 743, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Abre crédito suplementar no valor de R\$33.000.000,00.

[LEI Nº 25.549, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Altera a Lei n.º 22.422, de 19 de dezembro de 2016, que estabelece objetivos e diretrizes para a adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado.

[LEI Nº 25.550, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Altera a Lei n.º 22.419, de 19 de dezembro de 2016, que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo.

[LEI Nº 25.556, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Acrescenta o § 2º ao art 2º da Lei n.º 11.868, de 28 de julho de 1995, que dispõe sobre a prevenção e o tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico.

[LEI Nº 25.559, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Altera o art 3º da Lei nº 11.824, de 6 de junho de 1995, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas.

[LEI Nº 25.560, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Acrescenta inciso ao caput do art 2º da Lei nº 16 279, de 20 de julho de 2006, que dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado.

[LEI Nº 25.563, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Altera a Lei nº 22.623, de 27 de julho de 2017, que estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação ocorridos no âmbito das escolas públicas estaduais.

[LEI Nº 25.564, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Acrescenta dispositivo ao art 3º da Lei nº 14.133, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos.

[PORTARIA DF Nº 1, DE 16 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Disciplina a suspensão do expediente externo na Comarca de Juiz de Fora – MG.

[PORTARIA DF Nº 3, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Altera a data do feriado em homenagem ao “Dia da Reforma Protestante”, na Comarca de Divino, no ano de 2.025.

[PORTARIA TJMG Nº 7.443, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Altera a Portaria da Presidência nº 7.203, de 28 de abril de 2025, que "Dispõe sobre a atuação do Núcleo de Justiça 4.0 - Juizado Especial na Primeira Instância do Estado de Minas Gerais".

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.735, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.545, de 19 de abril de 2024, que "Dispõe sobre a implantação e o funcionamento da Central de Processos Eletrônicos de Turmas Recursais".

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.738, DE 24 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.545, de 19 de abril de 2024, que "Dispõe sobre a implantação e o funcionamento da Central de Processos Eletrônicos de Turmas Recursais".

[PORTARIA CONJUNTA GE PGJ DP MPF Nº 1, DE 22 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Institui a Instância Mineira de Participação Social do Rio Doce, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.584, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Institui a Política Estadual de Assistência Farmacêutica, estabelece seus módulos, diretrizes, objetivos e estratégias da Assistência Farmacêutica, e dá outras providências.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.598, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Aprova o Programa de Vigilância em Saúde Ambiental e estabelece as normas gerais para adesão, financiamento, execução e monitoramento da estratégia de saúde.

[RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.609, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Define as diretrizes do projeto piloto para acesso ao teste genético para detecção de mutações patogênicas nos genes BRCA1 e BRCA2 em pessoas com alto risco para câncer de mama e ovário hereditários, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG).

[PORTARIA GM/MS Nº 8.477, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Institui o Componente da Assistência Farmacêutica em Oncologia - AF-ONCO, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, regulamenta seu financiamento, aquisição, distribuição e dispensação, bem como altera a Portaria de Consolidação nº 06, de 28 de setembro de 2017.

[PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Institui o Plano Nacional de Trabalho Digno LG BT Q I A + .

[RESOLUÇÃO SFB Nº 30, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025](#)

Estabelece diretrizes para inclusão de atividades de redução de emissões por desmatamento e degradação, com vistas à geração, à certificação e à comercialização de créditos de carbono, nas concessões florestais de manejo vigentes na data de publicação desta resolução.

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.